

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS Uni-ANHANGUERA
CURSO DE ENFERMAGEM**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE EM ENFERMAGEM: UMA
PERSPECTIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO**

**AMANDA RODOVALHO
KETLEN NUNES VIEIRA**

GOIÂNIA
Maio/2019

**AMANDA RODOVALHO
KETLEN NUNES VIEIRA**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE EM ENFERMAGEM: UMA
PERSPECTIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA, sob a orientação da Prof^a Ms^a Anamaria Donato de Castro Petito, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Enfermagem.

GOIÂNIA
Maio/2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

AMANDA RODOVALHO
KETLEN NUNES VIEIRA

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM ENFERMAGEM: UMA PERSPECTIVA NO
AMBIENTE DE TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA, defendido e aprovado em 07 de julho de 2019 pela banca examinadora constituída por:

Anamaria Donato de C. Petito
Prof.^a Ms.^a Anamaria Donato de Castro Petito
Orientadora

Rosângela Addad Abed
Prof. Rosângela Addad Abed
Membro

Bruna K.P. Paulino Almeida
Prof. Bruna Paulino Almeida
Membro

RESUMO

A Educação Permanente (EP) é uma ferramenta fundamental para capacitação dos enfermeiros em contextos atuais no âmbito de trabalho para complementar a formação generalista e limitada obtida na graduação do profissional. Espera-se que o estudo contribua para o reconhecimento da importância da EP e sua aplicabilidade nos profissionais de enfermagem e seu ambiente de trabalho, em específico da enfermagem. Desta forma, o objetivo deste trabalho é observar como a EP é abordada no campo da Enfermagem por meio de uma revisão integrativa da literatura. Buscou-se responder a seguinte pergunta: Atualmente, educação permanente está sendo aplicada no ambiente de trabalho dos profissionais de enfermagem? A busca se deu nas bases de dados: LILACS e BDEFN, por meio do agrupador de bases de dados BVS, no mês de Fevereiro de 2019 utilizando os descritores em saúde e operadores booleanos. Foram incluídos 7 artigos, conforme os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os resultados deste estudo indicam que a EP aplicada no ambiente de trabalho é influenciada pela instituição que a oferece e pelos profissionais que a recebem. O conhecimento detalhado a respeito da EP em saúde é extremamente necessário, focada em maiores investimentos nos profissionais para melhoria de qualidade da assistência prestada. Portanto a EP é de extrema relevância para a melhoria da assistência, porém é necessário que os profissionais conheçam e entendam mais sobre EP e assim, possam aplicá-la de forma efetiva. Nota-se uma lacuna de publicações focadas em fortes evidências científicas para direcionar melhor as ações de EP no campo da Enfermagem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Enfermagem. Assistência. Desenvolvimento de Pessoal.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	MATERIAL E MÉTODOS	06
3	RESULTADO E DISCUSSÃO	09
4	CONCLUSÃO	13
	REFERÊNCIAS	14
	APÊNDICE A	16
	APÊNDICE B	18
	APÊNDICE C	21

1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo acreditava-se que, a formação acadêmica básica para maior parte dos profissionais era suficiente, porém a necessidade da continuação e da renovação do conhecimento de técnicas e habilidades foi percebida. Desenvolveu-se então, o que conhecemos como atividades de Educação Permanente (EP) (RIBEIRO, 1986).

A sociedade, as tecnologias, os processos de trabalho estão em constante mudança, e na área da saúde essa realidade é muito mais presente. A Educação Permanente em Saúde (EPS) colabora com os profissionais investindo no aumento do progresso, promovendo a eficácia nos regimes da instituição, nos Protocolos da Assistência e nas técnicas aplicadas (ADAMY et al., 2018; VENDRUSCOLO et al., 2016).

A educação, sendo ela permanente ou continuada, possibilita uma atualização dos conceitos epistemológicos, sendo uma ferramenta fundamental de capacitação dos enfermeiros em contextos atuais, complementando a formação generalista e limitada obtida no âmbito de graduação do profissional, trazendo uma competência mais eficaz (CRUZ; GIRADE; STEFANELLI, 2006).

O Ministério da Saúde define a EPS como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. A EPS se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais e acontece no cotidiano do trabalho (BRASIL, 2007).

A educação, sendo ela permanente ou continuada, possibilita uma atualização dos conceitos epistemológicos, sendo uma ferramenta fundamental de capacitação dos enfermeiros em contextos atuais, complementando a formação generalista e limitada obtida no âmbito de graduação do profissional, trazendo uma competência mais eficaz (CRUZ; GIRADE; STEFANELLI, 2006).

A demanda para contratação dos trabalhadores na área da saúde tem como critério um profissional ativo, dinâmico e diligente. Por meio dessas habilidades, tornam-se capazes de identificar e solucionar problemas que surgirem no cotidiano, provocando mudanças na qualidade da assistência prestada (ADAMY et al., 2018; SADE; PERES, 2015).

É primordial o enfermeiro reconhecer a EP como importante ferramenta individual e coletiva no ambiente em que está inserido (SADE; PERES, 2015). Ela permite a reflexão crítica, o trabalho em equipe e o compromisso técnico em solucionar problemáticas de diversos

setores profissionais (ADAMY et al., 2018; MELO; ARNEMANN, 2018; VENDRUSCOLO et al., 2016; PUGGINA et al., 2015).

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem enfatiza a importância legal da educação permanente:

Art. 54: Estimular e apoiar a qualificação e o aperfeiçoamento técnico-científico, ético-político, socioeducativo e cultural dos profissionais de Enfermagem sob sua supervisão e coordenação.

Art. 55: Aprimorar os conhecimentos técnico-científicos, ético-político, socioeducativos e culturais, em benefício da pessoa, família e coletividade e do desenvolvimento da profissão. (BRASIL, 2017)

Espera-se que o estudo contribua em aspectos de melhoria no reconhecimento da importância da EP e sua aplicabilidade para os profissionais de enfermagem. Desta forma, o objetivo deste trabalho é observar como a educação permanente é abordada no campo da Enfermagem por meio de uma revisão integrativa da literatura.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma de revisão integrativa para análise da Educação Permanente em equipes de enfermagem, considerando a atuação no ambiente de trabalho. A revisão integrativa de literatura tem como objetivo analisar resultados obtidos em pesquisas de forma extensa, podendo ser capaz de determinar, analisar os resultados alcançados, e provocar reflexões sobre as capacitações e possíveis melhorias através da EP.

O percurso metodológico para auxiliar no processo de busca e possibilitar a estruturação teórica das evidências sobre o assunto abordado seguiu as seguintes etapas: a) elaboração da questão de pesquisa; b) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos; c) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; d) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; e) interpretação dos resultados e apresentação da síntese do conhecimento (SOARES, C. B, 2014; GALVÃO, C. M, 2006).

Na perspectiva de encontrar obras dentro desta estratégia, buscou-se levantar os estudos que respondessem ao problema investigado à partir da pergunta norteadora: Como a educação permanente é percebida pelos profissionais da Enfermagem em diferentes ambientes de trabalho?

Para seleção dos artigos utilizou-se o acesso *online* às bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), através dos agrupadores de bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Em concordância com a Figura 1 a estratégia de busca escolhida foi através da utilização de descritores em saúde e do operador booleano “AND”. Foram consultados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da BVS definindo os seguintes: *educação permanente, educação em enfermagem, desenvolvimento de pessoal* e seus sinônimos.

Como garantia da qualidade do estudo empírico utilizou-se o nível de evidência com o seguinte rigor metodológico: Nível 1: revisão sistemática ou metanálise de ensaios clínicos randomizados controlados ou oriundas de diretrizes clínicas baseadas em revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados controlados; Nível 2: ensaio clínico randomizado controlado bem delineado; Nível 3: ensaios clínicos bem delineados sem randomização; Nível 4: estudos de coorte e de caso-controle bem delineados; Nível 5: revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos; Nível 6: estudo descritivo ou qualitativo e Nível 7: opiniões de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas (MELNYK, B. M; FINEOUT- OVERHOLT, E;

GALLAGHER-FORD, L; KAPLAN, 2012; GALVÃO, C. M, 2006).

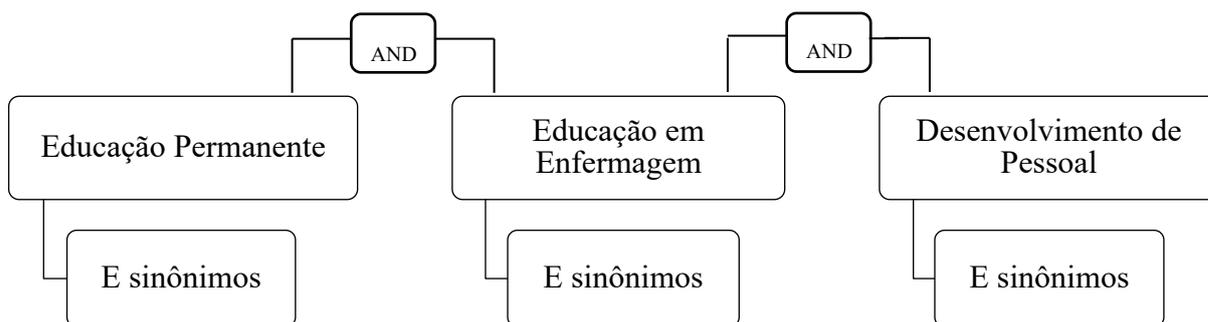


Figura 1. Demonstração de estratégia de busca sistematizada com operador booleano.

Para inclusão dos artigos na revisão, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os títulos e resumos foram analisados e posteriormente foi realizada a leitura detalhada dos artigos completos, a fim de buscar resposta à questão norteadora do estudo.

Por fim, desenvolveu-se análise de conteúdo, interpretação e discussão dos resultados, destacando os trabalhos que trouxeram maior contribuição para suprir as lacunas do conhecimento do tema abordado. Quanto aos aspectos éticos, ressalta-se que a autoria e as citações dos autores das publicações selecionadas para a amostra foram asseguradas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em base de dados resultou inicialmente em 48.900 produções encontradas na plataforma BVS, disponíveis nas plataformas LILACS e BDENF. Em seguida foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, sendo selecionados para análise de leitura na íntegra 7 artigos, sendo todos incluídos neste estudo depois da análise, conforme demonstrado na Figura 2.

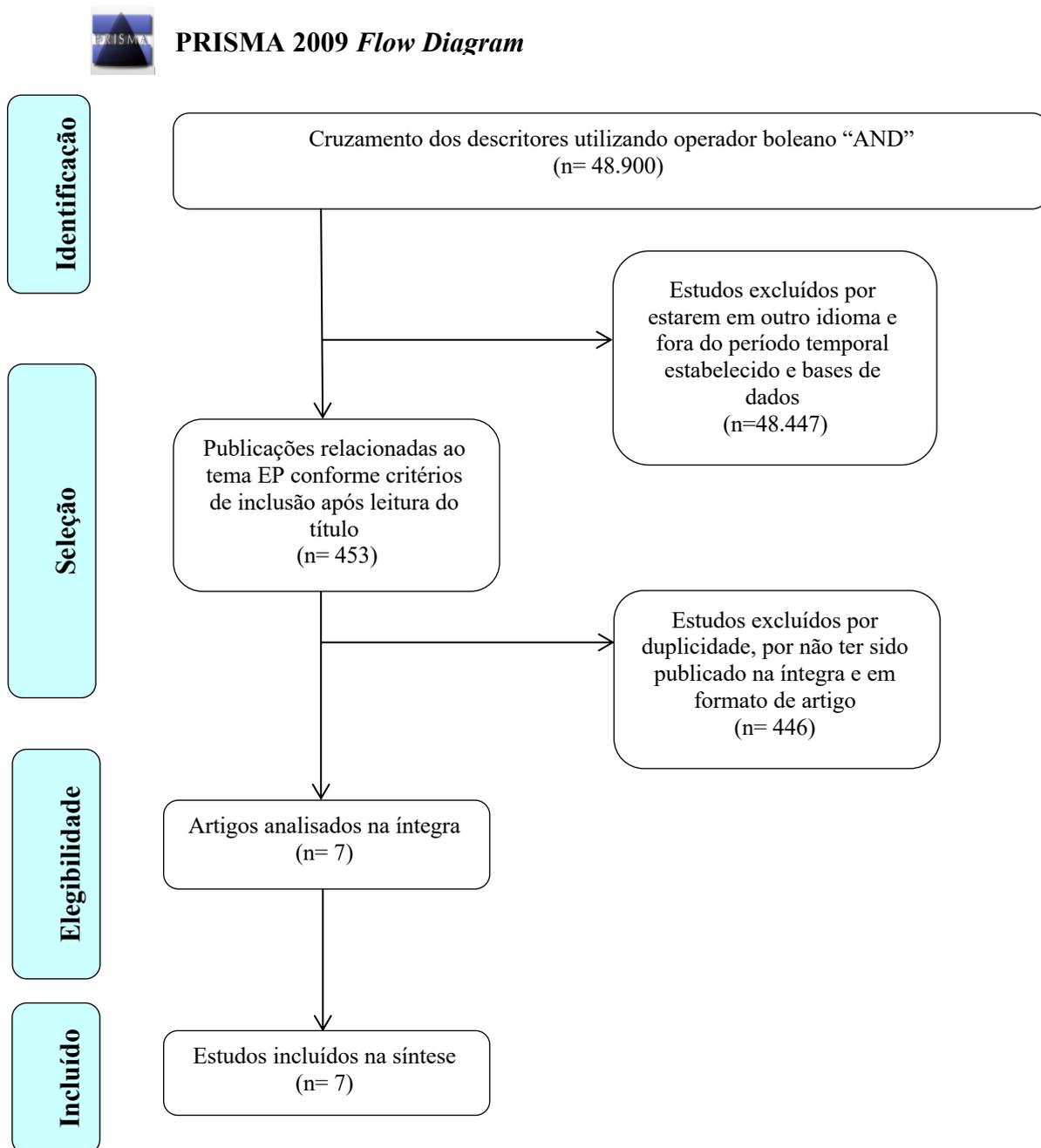


Figura 2. Diagrama da seleção de artigos para revisão integrativa conforme método prisma.

Após a leitura na íntegra, 7 artigos foram elegíveis para análise e construção do quadro sinóptico (Apêndice A), que contou com as seguintes variáveis: autor, ano, periódico, objetivo, aplicação da EP em enfermagem e seus resultados.

De acordo com a localização da população pesquisada, 71,42% das pesquisas investigaram participantes na região Sul do país, 28,57% na região Nordeste, 14,28% na região Norte e 14,28% na região Centro-Oeste, salienta-se que houve estudo que analisou mais de uma região do Brasil (BUSSOTTI; LEITE; ALVES; CRISTENSEN, 2016).

Observa-se no Apêndice A que dos 7 artigos selecionados, 28,57% foram realizados em 2015 (PUGGINA et al., 2015; SADE; PERES, 2015), 28,57% em 2016 (BUSSOTTI; LEITE; ALVES; CRISTENSEN, 2016; VENDRUSCOLO; TRINDADE; KRAUZER; PRADO, 2016), 14,28% em 2017 (MEDEIROS; GOUVÊA, 2017) e 28,57% em 2018 (ADAMY et al., 2018; MELLO; ARNEMANN, 2018).

Observa-se conforme o método empregado que todas as publicações foram realizadas no Brasil e em relação ao tipo de estudo, 71,42% dos estudos são de relato de experiência e 28,57% são estudos descritivos qualitativos não randomizados semiestruturados. Podemos atentar que não houve grande quantidade de pesquisa sobre o assunto EP e nos poucos estudos encontrados os níveis de evidência são baixos e pouco satisfatórios.

Uma das possíveis causas da pouca qualidade e a falta de material para estudo em EP deve-se à ausência de interesse, a falta de incentivo para com os profissionais, a alta carga horária de trabalho, dificultando estudos mais aprofundados como pesquisa em campo e ensaios clínicos, podendo promover mais qualidade nos artigos.

Várias leis regentes no Brasil enfatizam a importância da EP, no Sistema Único de Saúde (SUS), como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (port.399/2017) articula o Pacto pela saúde, constituído por três componentes: Pacto pela Vida, Pacto pela Gestão e o Pacto em Defesa do SUS. A nova atualização da PNAB conceituou uma nova forma na gestão do cuidado dos usuários nas demais Redes de Atenção, reconhecendo uma variedade de equipes para as diferentes populações e realidades do Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Para desempenhar atividades constituintes do pacto pela vida e do pacto pela gestão, é necessária uma equipe bem articulada, participativa, atualizada e com muito conhecimento, qualidades estas, atribuídas em ações de EP (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Os processos que demandam a busca por educação permanente vão além de habilidades técnicas ou conhecimentos adquiridos em sala de aula durante sua formação. O ponto de partida são as demandas do mundo do trabalho que hoje envolve uma perspectiva mais dinâmica perante os profissionais de saúde. Os autores consolidam que a formação acadêmica é subjetiva, generalista e não há preparo especializado para o mercado de trabalho que os acolhem (ADAMY et al., 2018; MEDEIROS, 2017; SADE; PERES, 2015).

Outros estudos retratam que os profissionais recém-formados e pós-graduados estão capacitados a exercerem suas funções, mas a educação em enfermagem é um processo contínuo, onde seria de total responsabilidade dos mesmos buscarem atualizações. Suas maiores dificuldades seriam a falta de tempo, de organização e planejamento, onde nesse caso a educação permanente deveria ser prioridade pois possibilita o aumento do conhecimento (BUSSOTTI et al., 2016; PUGGINA et al., 2015).

Uma das fragilidades evidentes entre os profissionais de enfermagem a respeito da EP é a dificuldade em diferenciá-la da Educação Continuada (EC). Essa falha gera uma barreira que interfere no interesse e comprometimento da equipe em exercê-la, podendo interferir no desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional (PUGGINA et al., 2015).

É importante destacar que enquanto a EP é uma prática educacional abrangente, sem restringir o estímulo, crescimento dos profissionais e seus pensamentos quanto ao planejamento da assistência, a EC serve de atualização individualizada, direcionada às tecnologias e formação pessoal do profissional (PUGGINA et al., 2015).

Dentre as dificuldades de implementação da EP, tem-se observado duas vertentes, uma relacionada ao ambiente de trabalho e outra relacionada ao profissional de enfermagem. A respeito ao ambiente de trabalho, destacam-se como empecilhos para a permanência de ações de EP a escassez de disponibilidade de horário, falta de incentivo institucional, infraestrutura inadequada e pouco apoio da gestão (ADAMY et al., 2018; VENDRUSCOLO et al., 2016; PUGGINA et al., 2015; SADE; PERES, 2015).

A respeito da implementação da EP em ambiente hospitalar, pesquisas destacam dificuldades por parte da instituição, uma vez que, sem o incentivo da gestão, levantamento dos problemas setoriais, e flexibilidade em disponibilizar os funcionários para participar das ações educativas, torna-se inviável a execução das práticas educativas resolutivas (PUGGINA et al., 2015).

Quanto aos profissionais de enfermagem nota-se a falta de interesse, muitas vezes justificado pelo excesso de trabalho e pouco entendimento no assunto, sendo o motivo relatado

pelos autores como mais frequentes para não participação de ações educativas (ADAMY et al., 2018; VENDRUSCOLO et al., 2016; PUGGINA et al., 2015; SADE; PERES, 2015).

Nota-se a escassez de instrumentos para implantar a EP no ambiente de trabalho, que acaba dificultando o vínculo com as ações educativas. Dentre os artigos pesquisados, apenas um autor utiliza um diagrama para direcionar a prática da EP (Apêndice B).

4 CONCLUSÃO

Conclui-se com esse estudo que apesar da EP ser uma prática que surgiu há muito tempo, ela tem suas fragilidades por ser pouco abordada, por faltar materiais e instrumentos para direcioná-la e aplicá-la para sua continuidade.

Apesar da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) trazer o respaldo essencial da EP através da Port. 399/ 2017, as instituições não a aplicam de forma satisfatória, evidenciando um baixo estímulo para os profissionais.

Percebe-se que a insatisfação dos mesmos em não saber aplicar as técnicas corretas implica em uma assistência falha, que poderiam ser evitadas através de uma qualificação adequada adquirida pela EP.

Além disso, observa-se o baixo nível de evidência científica dos artigos resultantes da busca, já que se encontram poucas pesquisas e artigos abordando o assunto atualmente. Essa escassez reflete a necessidade de ampliar a abordagem a respeito da EP em saúde.

Tendo em vista diversas literaturas que relacionam as terminologias ligadas aos processos de aprendizado no setor de recursos humanos na área da saúde, nota-se uma vulnerabilidade na diferenciação das denominações conhecidas como EC e EP, prejudicando o processo de aprendizagem dos profissionais de enfermagem (MASSAROLI; SAUPE, 2005).

A EP veio para modificar as situações existentes no ambiente de trabalho em saúde com exercícios práticos interligados com a coletividade, analisando o ambiente de trabalho e suas necessidades, procurando a flexibilidade das possíveis soluções aplicadas (PUGGINA et al., 2015). Sendo um importante instrumento coletivo para atualização, a EP precisa ser valorizada e implementada na área da saúde, para melhorar a qualidade da assistência prestada (MELO; ARNEMANN, 2018; PUGGINA et al., 2015; SADE; PERES, 2015).

No que se diz a respeito da EP em enfermagem, fica a proposta da instalação de novas pesquisas nesse campo, a fim de ressaltar a importância desse método educacional, atualizar de maneira científica com a abordagem ampla sobre os profissionais, para que assim, construa uma assistência de melhor qualidade.

REFERÊNCIAS

- ADAMY, E. K., et al. Tecendo a Educação Permanente em Saúde no Contexto Hospitalar: Relato de Experiência. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**. v. 8, .2018.
- BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. **Decreto n 94.406/87. Novo Código de Ética de Enfermagem**. Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n.1.996, de 20 de agosto de 2007**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e da outras providências, ago, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Políticas Nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde**. Brasília, 2017. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html >
- BUSSOTTI, E. A; LEITE, M. T. M; ALVES, A. C. da C; CRISTENSEN, K. Capacitação on-line para profissionais da saúde em três regiões do Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 69, n. 5, p. 981-985, out, 2016.
- CRUZ, E. M, N, T da.; GIRADE, M da G.; STEFANELLI, M. C. Educação Continuada em Enfermagem Psiquiátrica: Reflexão Sobre Conceitos. **Revista de Escola de Enfermagem da USP**, v. 40, n. 1, p. 105-110. São Paulo, 2006.
- GALVÃO C. M. *Evidence hierarchies*. **Acta Paul Enfermagem**.v 19, n. 2, p. 5, 2006.
- MASSAROLI, A.; SAUPE, R. Distinção Conceitual: Educação Permanente e Educação Continuada no Processo de Trabalho em Saúde. **Programa Institucional de Bolsas e Iniciação Científica PIBIC**, Camboriú, 2005.
- MEDEIROS, S. M. A; GOUVÊA, M. V. Gestão Hospitalar e Educação Permanente: Um Estudo Descritivo e Exploratório. **Revista de Enfermagem Universidade Federal de Pernambuco On-Line**. v. 11, n. 12, p. 5150-5152, dez. 2017.
- MELNYK, B. M; FINEOUT- OVERHOLT, E; GALLAGHER-FORD, L; KAPLAN, L. *The state of evidence-based practice in US nurses: critical implications for nurse leaders and educators*. **Journal Nursing Administration**. v. 42, n. 9, p. 410-417, 2012.
- MELO, A. de L; AMEMANN, C. T. Educação Permanente em Saúde em Movimento: Narrativas de uma Experiência. **Revista de Enfermagem Universidade Federal Santa Maria, Rio Grande do Sul**. v. 8, n. 1, p. 172-180, jan./ mar, 2018.
- PUGGINA, C. C., et al. Educação Permanente em Saúde: Instrumento de Transformação do Trabalho de Enfermeiros. **Revista Espaço Para Saúde**. Londrina, v. 16, n. 4, p. 87-97, out./ dez, 2015.

SADE, P. M. C; PERES, A. M. Desenvolvimento de Competências gerenciais do Enfermeiro: diretriz para serviços da Educação Permanente. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**. v. 49, n. 6, p. 991- 998, 2015.

SOARES, C. B., et al. *Integrative Review: Concepts and Methods Used In Nursing*. **Revista Escola de Enfermagem Universidade São Paulo**. Vol. 48, n. 2, p. 335-345, 2014.

RIBEIRO, C. M Educação Continuada. **Revista Brasileira Enfermagem**, v. 39, n.1. Brasília jan./mar, 1986.

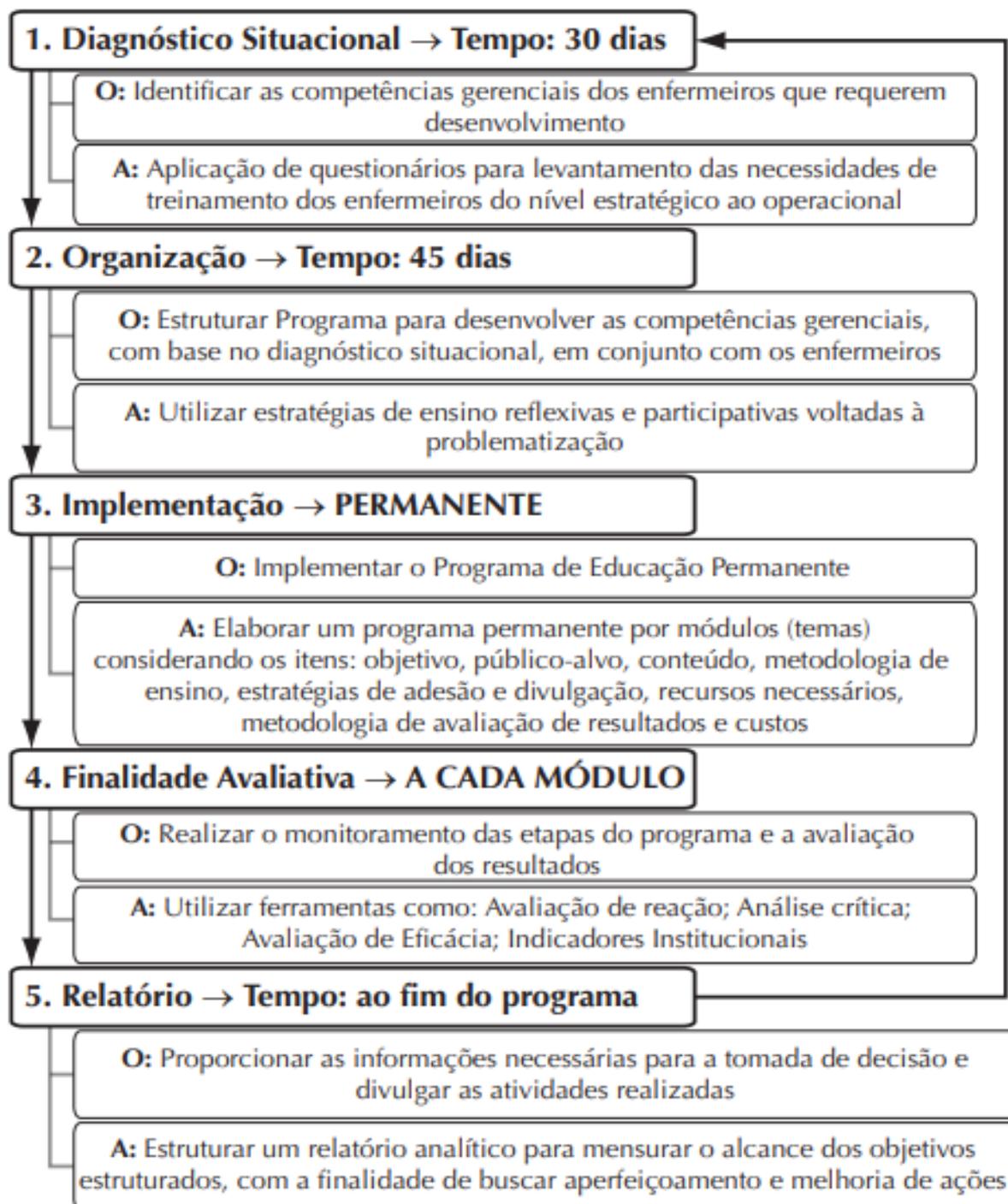
VENDRUSCOLO, C; TRINDADE, L. de L; KRAUZER, I. M; PRADO, M. L do. A Inserção da Universidade no Quadrilátero da Educação Permanente em Saúde: Relato de Experiência. **Revista Contexto Enfermagem**. Santa Catarina, v. 25, n. 1, 2016.

Apêndice A: Descrição dos estudos incluídos na revisão integrativa.

Autor/ Ano/ Periódico	Objetivo do estudo	Nível de evidência	Conclusão
ADAMY et al., 2018. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro	Objetiva-se relatar e promover reflexões sobre a experiência desenvolvida junto ao programa de extensão de um curso de graduação em enfermagem e sua inserção em um serviço de educação permanente em saúde hospitalar da região Oeste de Santa Catarina, Brasil.	7	As mudanças institucionais que vêm acontecendo buscam potencializar a autonomia dos profissionais de saúde, em especial da enfermagem, na medida que eles se constituem como sujeitos ativos no artifício de Educação Permanente em Saúde.
BUSSOTTI et al., 2016. Revista Brasileira de Enfermagem.	Descrever experiência de capacitação online direcionada aos profissionais atuantes no serviço público de saúde em 27 UTI's neonatal e pediátrica; reflete sobre a capacitação e possíveis melhorias nesse processo.	7	A experiência em capacitação online para profissionais de UTI neonatal e pediatria, permitiu perceber o potencial dessa modalidade de ensino, para alavancar processo de aprendizagem no quadro de profissionais atuantes nos hospitais do serviço público de saúde, tanto para o desenvolvimento técnico-profissional quanto para uma inclusão efetiva no mundo digital.
MEDEIROS; GOUVÊA, 2017. Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco On-Line.	Investigar a Educação Permanente em saúde, como ferramenta de gestão, em um centro cirúrgico de um hospital público universitário de grande porte.	7	Pretende-se contribuir para uma nova abordagem de gestão em centro cirúrgico na perspectiva da Educação Permanente em saúde.
MELLO; ARNEMANN, 2018. Revista de Enfermagem Universidade Federal de Santa Maria.	Relatar a experiência metodológica vivenciada em um curso de especialização e aperfeiçoamento em formação integrada multiprofissional em Educação Permanente em Saúde.	7	Fica o desafio de criar alianças que possibilitem movimentos coletivos de construção de legitimidade e de protagonismo. Necessitamos superar as velhas dicotomias instaladas no sistema, a implicação de todas as instâncias é essencial na criação de ações.

<p>PUGGINA et al., 2015. Revista Espaço para a Saúde.</p>	<p>Conhecer a visão dos enfermeiros de um hospital escola sobre a Educação Permanente.</p>	<p>6</p>	<p>Constatou-se que os enfermeiros caracterizam a Educação Permanente como um grande aprendizado contínuo e que possibilita a reflexão e problematização da prática e auxilia na melhoria do cuidado.</p>
<p>SADE; PERES, 2015. Revista Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.</p>	<p>Construir uma diretriz de educação permanente para a desenvolvimento de competências gerenciais dos enfermeiros junto aos membros do núcleo de enfermeiros de EP do Paraná.</p>	<p>6</p>	<p>Conclua-se que é possível desenvolver as competências gerenciais do enfermeiro na EP, e se faz necessário compreender estas competências não apenas como um atributo individual de aquisição e construção de saberes dos enfermeiros, mas contextualizando com base nas demandas das situações reais da prática laboral.</p>
<p>VENDRUSCOLO et al., 2016. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro.</p>	<p>São claros os benefícios no que se refere a maior aproximação da academia com as demandas regionais e a possibilidade de envolver discentes e docentes de enfermagem em atividades de pesquisa e extensão. Os desafios estão relacionados a pouca adesão dos representantes dos segmentos que fazem parte da comissão, sobretudo, do contato social.</p>	<p>7</p>	<p>Consideram-se como aspectos positivos das políticas de Educação Permanente em Saúde na macrorregião, as parcerias estabelecidas com os municípios e com a Secretaria do Estado, sobretudo, representada pela Gerencia de Saúde da SDR de Chapecó além da adoção do tema como relevante entre os gestores do serviço e do ensino na área da saúde.</p>

Apêndice B: Diagrama resumido da diretriz para desenvolvimento de competências gerenciais do enfermeiro – Curitiba, PR, Brasil, 2 (SADE; PERES, 2015).



Legenda: O - Obietivo. A - Ação

APÊNDICE C.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM ENFERMAGEM: UMA PERSPECTIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO

RODOVALHO, Amanda¹; VIEIRA, Ketlen Nunes ¹; PETITO, Anamaria Donato de Castro²

¹ Aluna do curso de Enfermagem do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA

² Professora orientadora Me. do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de Goiás- Uni-ANHANGUERA.

RESUMO

A Educação Permanente (EP) é uma ferramenta fundamental de capacitação dos enfermeiros em contextos atuais no âmbito de trabalho para complementar a formação generalista e limitada obtida na graduação do profissional. Espera-se que o estudo contribua em aspectos de melhoria no reconhecimento da importância da EP e sua aplicabilidade nos profissionais de enfermagem e seu ambiente de trabalho. Desta forma, o objetivo deste trabalho é observar como a educação permanente é abordada no campo da Enfermagem por meio de uma revisão integrativa da literatura. Buscou-se responder a seguinte pergunta: Atualmente, educação permanente está sendo aplicada no ambiente de trabalho dos profissionais de enfermagem? A busca se deu nas bases de dados: LILACS e BDENF, por meio do agrupador de bases de dados BVS, no mês de Fevereiro de 2019 utilizando os descritores em saúde e operadores booleanos. Foram incluídos 7 artigos, conforme os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os resultados deste estudo indicam que a EP aplicada no ambiente de trabalho é influenciada pela instituição que a oferece e pelos profissionais que a recebem. O conhecimento detalhado a respeito da EP em saúde é extremamente necessário, focada em maiores investimentos nos profissionais para melhoria de qualidade da assistência prestada. Portanto a EP é de extrema relevância para a melhoria da assistência, porém é necessário que os profissionais conheçam e entendam mais sobre EP e assim, possam aplicá-la de forma efetiva. Nota-se uma lacuna de publicações focadas em fortes evidências científicas para direcionar melhor as ações de EP no campo da Enfermagem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Enfermagem. Assistência. Desenvolvimento de Pessoal.